REVISTA DA ABPN

DOI 10.31418/2177-2770.2021.v14.c2.p24-45 | ISSN 2177-2770
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

UM MANIFESTO PELO BEM VIVER: A MARCHA DAS MULHERES NEGRAS NA AMAZÔNIA PARAENSE

Thiane de Nazaré Monteiro Neves Barros[1]
Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Salvador-Bahia-Brasil

Resumo: A partir do Manifesto da Rede Fulanas - Negras da Amazônia Brasileira para a Marcha das Mulheres Negras 2015, o presente artigo objetiva trazer à tona a complexidade epistêmica de uma narrativa que centraliza o pensamento negro amazônida ou afroamazônico e sua legitimidade intelectual. O documento apresenta questões que são caras aos movimentos de mulheres negras da Amazônia há muitas décadas. Além disso situa o Bem Viver no horizonte, negrita Nilma Bentes como uma liderança que move e faz mover essa coletividade e fortalece apresenta a Marcha como resultado de um processo, não como um fim em si. A Marcha das Mulheres Negras 2015 é Fulana!

Palavras-chaves: Amazônia; Rede Fulanas; Marcha das Mulheres Negras 2015

A MANIFEST FOR WELL LIVE: THE MARCH OF BLACK WOMEN 2015 IN THE PARAENSE AMAZON

Abstract: From the Manifest of Rede Fulanas - Negras da Amazônia Brasileira for the March of Black Women 2015, this article aims to bring to light the epistemic complexity of a narrative that centralizes black Amazonian or Afro-Amazonian thought and its intellectual legitimacy. The document presents issues that have been importants to black women's movements in the Amazon for many decades. Furthermore, it places Well Live on the horizon, bold Nilma Bentes' name as a leadership that moves and makes this community move and strengthens and presents the March as a result of a process, not as an end in itself. The March of the Black Women 2015 is Fulana!

Keywords: Amazonia; Rede Fulanas; March of the Black Women 2015

UN MANIFIESTO POR EL BUEN VIVIR: LA MARCHA DE LAS MUJERES NEGRAS 2015 EN LA AMAZONÍA PARAENSE

Resumen: Desde el Manifiesto de la Rede Fulanas - Negras da Amazônia Brasileira a la Marcha de las Mujeres Negras 2015, este artículo busca sacar a la luz la complejidad

[1] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia, Mestra em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará, integrante do Comitê Impulsor da Marcha pelo Pará, integrante dos Grupos de Pesquisa Nós Mulheres-UFPA e Gig@-UFBA e da Coletiva Periféricas – SSA. E-mail: thiane.nb@gmail.com e ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7784-6026

epistémica de una narrativa que centraliza el pensamiento negro amazónico o afro-amazónico y su legitimidad intelectual. El documento presenta temas que han sido apreciados por los movimientos de mujeres negras en la Amazonía durante muchas décadas. Además, coloca a Bem Viver en el horizonte, la atrevida Nilma Bentes como un liderazgo que mueve y hace que esta comunidad se mueva y fortalezca y presente la Marcha como resultado de un proceso, no como un fin en sí mismo. ¡La Marcha de las Mujeres Negras 2015 es Fulana!

Palabras clave: Amazonia; Rede Fulanas; Marcha de las mujeres negras 2015

UN MANIFESTE POUR BIEN VIVRE: LA MARCHE DES FEMMES NOIRES 2015 DANS L'AMAZONIE PARAENSE

Résumé: Du Manifeste de Rede Fulanas - Negras da Amazônia Brasileira à la Marche des femmes noires 2015, cet article vise à mettre en lumière la complexité épistémique d'un récit centralisant la pensée noire amazonienne ou afro-amazonienne et sa légitimité intellectuelle. Le document présente des problèmes qui sont chers aux mouvements de femmes noires en Amazonie depuis de nombreuses décennies. En outre, il place Bien Vivre à l'horizon, l'audacieuse Nilma Bentes en tant que leadership qui bouge et fait bouger cette communauté et renforce et présente la Marche comme le résultat d'un processus, non comme une fin en soi. La Marche des femmes noires 2015 est Fulana!

Mots-clés: Amazone; Rede Fulanas; Marche des femmes noires 2015

INTRODUÇÃO

Escrevo este artigo no mês de setembro de 2020. Daqui a dois meses completam os cinco anos de realização da Marcha das Mulheres Negras 2015: Contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver, mas não poderemos ir às ruas. No contexto atual aglomerar é verbo com outras ressignificações. Estamos - o planeta - vivendo a pandemia do novo coronavírus, impondo um confinamento doméstico para uma parte da população brasileira. Ainda assim, foram realizadas várias ações e entre elas o movimento Mulheres Negras Paraenses pelo Bem Viver - Jornada Emergencial em momento de Covid-19, a Marcha Virtual das Mulheres Negras Amazônidas e as celebrações dos 40 anos do Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará (CEDENPA).

Todos os encontros foram realizados em transmissões ao vivo pela internet, que virou o único lugar possível para aglomerações em condição de distanciamento social, mesmo sem ser tão viável diante dos imensos desafios tecnológicos, técnicos e estruturais a serem enfrentados por parte significativa da população brasileira, que ficou obrigada a ceder às práticas de mercado de uma comunicação funcional (MUNIZ SODRÉ, 2014), plataformizada, datatificada e vigilante. Dadas às condições estruturais da internet na

Amazônia, muitos eventos on-line só têm sido possíveis porque comunicar à distância é uma das principais experiências desses territórios, não importa a condição climática. Exemplo disso é a série Afro-Negra-Amazonidades que o CEDENPA realizou ao longo do mês de agosto em seu canal no YouTube.

Além da pandemia de Covid-19, novamente o Brasil presencia as aterrorizantes queimadas na Amazônia e no Pantanal, trazendo à luz problemáticas que, apesar de agravadas pelo modelo aniquilador da gestão em vigência no Governo Federal, não são novas. Por isso este trabalho vem revisitar a Marcha de 2015 a partir do Manifesto da Rede Fulanas, dadas as provocações e proposições apresentadas nos debates em curso, reler o manifesto é um exercício para entender e compreender as dimensões, a reverberação, o legado e o sentido de ação política em coletividade diante de tantas vulnerabilidades.

O Manifesto da Rede Fulanas - Negras da Amazônia Brasileira para a Marcha das Mulheres Negras 2015 consegue documentar em 11 tópicos algumas questões caras aos movimentos de mulheres negras da Amazônia, ainda que naquele momento tenha sido escrito a partir do Pará e do Amapá, por ser um texto que serve à mesa a incidência geopolítica dos movimentos no Brasil. O objetivo é trazer à tona a complexidade epistêmica dessa narrativa, de centralizar o pensamento negro amazônida ou afroamazônico e sua legitimidade intelectual. É importante compreender as temporalidades envolvidas na Marcha de 2015, as mulheres negras não são uma turba uníssona, com experiências homogêneas e totalizadoras de um discurso, vide os colapsos do sistema de saúde.

A Marcha das Mulheres Negras 2015 é um projeto político de transformação de realidades e tem na comunicação o seu principal aporte metodológico. É um fenômeno de denúncias, mas também de investimento no Bem Viver. Pensá-la amazonicamente é ressignificar distâncias e proximidades, repensar colorismos e entrecruzamentos, singularidades e diferenciações, é um pouco do que faz Audre Lorde em sua *biomitografia* (1982): somos diferentes para além das semelhanças de sermos mulheres, somos diferentes para além de sermos negras. Pensar nossos lugares de mulheres negras na dimensão continental do Brasil exige mexer com a lógica do mapa que centraliza perspectivas que não abrangem outras diferenças.

O Manifesto é semente semeada por mulheres idosas e jovens, do quilombo, da vila, da cidade, da igreja, do terreiro, das barragens, do campo. Aponta na direção de um

pensamento reivindicado afroamazônico, situa o Bem Viver no horizonte, negrita Nilma Bentes como uma liderança que move e faz mover essa coletividade. Um texto que apresenta a Marcha como resultado de um processo, não como um fim em si.

Para a melhor organização do artigo, em primeiro fazemos um debate que traz algumas de nossas experiências teóricas a começar pelos estudos de vigilância e presença da população negra na Amazônia, atravessamos pelas afroamazonidades da Marcha, pela importância de sermos "protagonistas de destinos" e, por fim, o Manifesto na íntegra. Esperamos ser justas na contação dessa escrevivência[2]. Axé Muntu[3]!

DA VIGILÂNCIA AO BEM VIVER COMO RUPTURA NECESSÁRIA

Gondim (2007)[4] descreve elementos importantes da vigilância sob a Amazônia nos séculos de colonização da região. A pesquisadora apresenta a narrativa marcadamente ambígua de Euclides da Cunha em Os Sertões (1902) e em À margem da história (1909), que estabelece um modo de ler a Amazônia a partir da indolência indígena e da importância do *nordestino mestiço* para a integração nacional da Região Norte.

A natureza sempre gerou o controverso incômodo no modelo de desenvolvimento que é buscado desde a chegada dos colonizadores, Amazônia é descrita como uma terra sem história (CUNHA *apud* GONDIM, 2007, p. 273), centraliza o nordestino como o sujeito à margem, não o nativo a quem considera preguiçoso, sensual, bêbado e ladrão, omisso, aculturado, sem reconhecimento de identidade nacional e por isso "não será chamado a participar da constituição da Nação" (GONDIM, 2007, p. 274).

Essa vigilância sobre o que se quer da Amazônia é o que a história de colonização da região pelo próprio Brasil. Uma Amazônia pacata, invisível, mas fornecedora de insumos e recursos científicos, bem como de sociobiodiversidade, minérios e minerais, exemplares que enriquecem os museus de história natural e jardins botânicos. Cada visitante levou consigo uma parte da história que achou relevante para contar sobre a Amazônia e suas populações. Ao mesmo tempo que existe uma escancarada negligência

[2] Escrevivências é um conceito de Conceição Evaristo que mostra a importância de mulheres negras escreverem suas próprias narrativas como forma de registrar conhecimentos a partir de experiências que não são levados em conta pelas teorias da branquidade.

[3] Expressão de saudação que Lélia Gonzales imortalizou.

[4] As referências deste artigo seguem a uma proposta de escrita feminista e negra e apresenta o nome e o sobrenome das autoras e autores nas primeiras ocorrências, depois passamos a citar apenas o sobrenome.

para com o território, ele é também motivo de intensa vigilância e interesse aos poderes do capital, da política e da ciência.

Não se vê nessa narrativa, porém, a presença negra. A população negra na região foi mitigada e relegada a segundo plano (MÔNICA CONRADO, MARILU CAMPELO, ALAN RIBEIRO, 2015). O tráfico de pessoas negras para a Amazônia, a escravidão negra, é suprimida como parte importante da história da região. De maneira irônica poderia ser, inclusive, o elemento que Euclides da Cunha poderia descrever como sendo o fator que integraria a Amazônia como parte dessa identidade nacional, pois onde se via presença negra, poderia se ver uma nação. Sobretudo como forma de incrementar a imagem de "paraíso racial" assumida pelo Brasil (CÉLIA AZEVEDO, 1987). Mas o controle da população negra vinha de outras bases ainda que a partir do mesmo poder: uma "política do terror" (CÉLIA AZEVEDO, 1987; MUNIZ SODRÉ, 2015; SILVIO ALMEIDA, 2018). As pessoas negras sempre estiveram expostas, visíveis, vigiadas, mas como peças, mercadorias de um bravo novo mundo, os sem alma. É o que Simone Browne (2015) chama de "presença ausente"[5], é estar sem ser, sem existir em plenitude humana, é sobre ser visto e temido ao mesmo tempo (FANON, 2008).

Sodré (2015) também destaca essa vigilância ao analisar obras literárias em Claros e Escuros, descreve um trecho do "O feiticeiro" de 1922 que se refere a um grupo de pessoas negras com vestimentas do Candomblé como "um bando de urubus em direitura às Portas do Carmo" e Sodré indica que "A depreciação aqui não atinge a liturgia, mas a figura física do negro" (2015, p. 217). Mais à frente, o autor afirma que no Brasil "a observação empírica das relações sociais demonstra que importam a cor e o cabelo" (p. 289), pois junto a um conjunto de imagens depreciativas ao corpo de pessoas negras, coloca a sociedade em estado de vigilância sobre a negritude.

Browne (2015) abre seu livro narrando seu interesse em conhecer a respeito da viagem de Frantz Fanon aos Estados Unidos nos anos 1960 e sua solicitação ao FBI para obter os registros do órgão sobre os rastros do médico franco-martinicano. Nesse percurso, ela então descobre uma lista robusta de outros nomes de pessoas negras que estavam sendo vigiadas pelo FBI[6] e analisa como a vigilância racial nas práticas de

[5] Em uma livre tradução de "*absented presence*".

[6] Assata Shakur, James Baldwin, Lorraine Hansberry, Stokely Carmichael, the Student Nonviolent Coordinating Committee, the Freedom Riders, Martin Luther King Jr., Elijah Muhammad and the Nation of Islam, Claudia Jones, Malcolm X, Fred Hampton, William Edward Burghart DuBois, Fannie Lou Hamer, Cyril Lionel Robert James, Mumia Abu-Jamal, Angela Yvonne Davis, Richard Wright, Ralph Ellison,

homens, mulheres e crianças afroamericanas foi construída como uma prática cientificamente aceitável e socialmente necessária (BROWNE, 2015, p. 11).

Denunciar a vigilância e caminhar pelo Bem Viver como ruptura necessária. Zélia Amador de Deus começa o prefácio do livro Negritando de Nilma Bentes (1993), contando que após a abertura democrática do Brasil, no pós-ditadura militar, os movimentos sociais renasceram "das cinzas" e que "nesse bojo" também renasce o movimento negro brasileiro (DEUS, 1993, p. 04), e menciona que várias entidades negras surgiram a partir dali, inclusive em Belém de onde conta a história da autora do livro, descrita por Deus como uma pessoa "capaz de fixar uma ideia e seguir em frente" e que "avança abrindo os caminhos", "buscando novos horizontes, abrindo novas fronteiras", afinal são esses os caminhos sinalizados por Sodré (2015) sobre as rupturas necessárias.

Só é possível pensar em um Bem Viver que considere toda a diferença, sem mensurar que a diferença está posta apenas a alguns grupos, mas sim considerar que a diferença é a própria constituição de mundo, avançar para além de um discurso de "inclusão para a diversidade" como é recorrente no pensamento colonizatório. Considerar a heterogeneidade é considerar que o mundo não pode ser dividido entre desenvolvido e subdesenvolvido a partir de lógicas e pactos capitalistas que hierarquizam direitos.

Investir no Bem Viver exige um esforço coletivo muito profundo e muito complexo que requer o deslocamento das concepções vigentes, é preciso estar aberto a questionamentos para buscar caminhos que superem as desigualdades derivadas do capitalismo (ALBERTO ACOSTA, 2016; FRANÇOISE VERGÈS, 2020).

Rosane Borges (2014) explica que o Bem Viver tem origem em vários lugares. Lembra que as Constituições da Bolívia (2009) e do Equador (2008) assumiram o Bem Viver como "nexo prioritário para a gestão do social" a partir dos saberes e conhecimentos de seus povos tradicionais. É uma oportunidade para construir coletivamente uma nova forma de vida", que nem de longe apresenta uma receita, é um "processo proveniente da matriz comunitária de povos que vivem em harmonia com a Natureza" (ACOSTA, 2016, p. 23-24). A natureza é o eixo dos direitos de cidadania.

Borges destaca que Bem Viver já estava sendo discutido com a devida densidade há alguns anos com o objetivo de movimentar a ideia de desenvolvimento, em voga no mundo capitalista, e mais do que isso, busca mesmo é suplantá-lo não ajustá-lo ou

Josephine Baker, Billie Holiday, the Black Panther Party, Kathleen Cleaver, Muhammad Ali, Jimi Hendrix, and Russell Jones aka Ol' Dirty Bastard of the Wu-Tang Clan (BROWNE, 2015, p. 02-03).

reformulá-lo. Ao aproximar a reflexão para a sociedade brasileira, a pesquisadora reafirma a importância de que negros e indígenas postulem "lugar ao centro como protagonistas na construção do país e pôr em questionamento princípios e escolhas políticas que acabam por nos excluir do projeto de Nação" (BORGES, 2014, on-line).

Desenvolvimento está atrelado a produtivismo, acumulação de bens materiais, imposição do ser humano à natureza como coisa apartada de si, é foco apenas no viés econômico, e de princípio excludente, de amplitude global e estabelece um modelo de sociedade estadunidense hierarquizando todo o mundo em "Desenvolvidos" e "Atrasados", considerando como atraso e primitivismo as éticas ancestrais (ACOSTA, 2016). Por outro lado, os governos de países considerados atrasados, aceitaram e normalizaram esse nivelamento e se puseram a correr atrás desse modelo individualista de sucesso e desenvolvimento. O Bem Viver não se equipara ao bem-estar proposto pelo capitalismo. Bentes relata que inserir o Bem Viver como projeto da Marcha teve o intuito de mostrar a necessidade de superação desse modelo de "mercantilização-financeirização dos recursos naturais/bens comuns, o consumismo exacerbado, o lucro insano, o capitalismo neoliberal" (2016, p. 09), no qual tudo se compra e tudo se vende.

Acosta elabora o Bem Viver "como uma oportunidade para construir coletivamente novas formas de vida" (2016, p. 69) e na perspectiva indígena "deve ser assumido como uma categoria em permanente construção e reprodução" (p. 71), "sustentado no princípio de continuidade histórica" (p. 73), atento aos conflitos, sem ignorá-los e sem exacerbá-los. Veja, é uma nova proposta civilizatória. Não é um complemento, não é um ajuste do capitalismo, nem pode ser tratado de uma forma simplista, receitária ou dogmatizadora.

NEGRAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA: ESTAMOS EM MARCHA

A primeira cidade amazônica a lançar a Marcha das Mulheres Negras foi Belém, no dia 18 de maio de 2014. Isso aconteceu por uma série de fatores que vão desde o acesso à informação às facilidades comunicacionais para mobilização. Naquele dia, cerca de 2mil pessoas se aquilombaram no Ingá - Quilombo da República, uma das bases do CEDENPA, localizado na Praça da República, na Avenida Assis de Vasconcelos e ao som da banda afro Axé Dudu, marchamos no entorno da praça para marcar o ponto de partida para a MMNegras 2015 no estado e na região.

A marcha se mistura com a história de militância da Nilma Bentes e do próprio CEDENPA, acostumada a "ir buscar", seguir na tarefa, como ela mesma afirma em entrevista concedida no ano de 2006 para Amilcar Araujo Pereira. Desde a decisão de criar uma entidade, ao diálogo com os movimentos do Nordeste que possibilitou o Encontro de Negros Norte-Nordeste em 1987 em Belém. Por isso não é exagerado afirmar que esta Marcha vem de longe, veio sendo elaborada ao longo dos 35 anos do CEDENPA (idade que a entidade tinha quando a MMNgeras 2015 aconteceu) e segue em processo nesses 40 anos, com o melhoramento das estradas, com o bastão sendo revezado (BENTES, 2006).

Foi em 2011 que Nilma Bentes lançou a ideia que seria um dos grandes marcos na história do movimento de mulheres negras no Brasil: a realização de grande Marcha com cem mil mulheres negras em Brasília. A sugestão surgiu durante o Encontro Ibero-americano do Ano Internacional dos Afrodescendentes (Afro XXI) que acontecia na cidade de Salvador. Ela acreditava ser necessária e oportuna a realização da Marcha "vinte anos após a Marcha Zumbi dos Palmares, fugindo tanto da Copa do Mundo de Futebol (2014) quanto das olimpíadas no rio de Janeiro (2016) " (BENTES, 2016, p. 4), portanto 2015 seria o ano agendado.

Nacionalmente foi criado o Comitê Impulsor da Marcha e também um Comitê Impulsor da Marcha em cada estado que foi aderindo e se comprometendo com a mobilização e articulação em seus territórios. No Pará e no Amapá os respectivos comitês eram compostos por entidades do movimento organizado e por representantes da sociedade civil. Entre as entidades está a Rede Fulanas - Negras da Amazônia Brasileira, que reunia naquela época as organizações dos dois estados, mas cujo propósito sempre foi acolher a Amazônia brasileira como um todo[7]. Nessa integração entre os dois estados e mais o Tocantins, foi organizada uma das maiores caravanas de mulheres negras para a Marcha. E foi nesse encontro que o Manifesto da Rede Fulanas foi debatido, escrito e registrado por aproximadamente 20 mulheres no dia 17 de novembro de 2015, em Brasília, véspera da Marcha.

A Rede Fulanas foi criada no ano de 2008, é composta por mulheres negras da Amazônia, pensada para amenizar os impactos da distância geográfica e ouvir as demandas dessas mulheres a partir de suas localidades. *Em sua Cabaça*, como a Rede

[7] Atualmente está formada pelos estados do Amazonas, Amapá, Pará, Tocantins. Para saber mais sobre a Rede Fulanas acessar: https://redefulanas.com/

define seu centro de saberes, circulam os assuntos que mais as afetam no cotidiano: formas de racismo, situação de pobreza, violência, impactos ambientais, direitos humanos, economia, trabalho doméstico, acesso ao poder, afetos, auto o cuidado, a autoestima e a cumplicidade das mulheres negras. O esforço da Rede é de pensar "uma Amazônia sustentável e democrática, pela ampliação e concretização dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais de quem nela habita" (REDE FULANAS, sem data, on-line).

O Manifesto todo é marcado pelo termo "afroamazônica(s)", uma autodeclaração que naquele momento vislumbrava dar nome a essa identidade de mulheres e de valorização das identidades africanas e amazônidas, visto que ambas são identidades marginalizadas pelo racismo. Não é um termo unânime, existe um debate em curso, porque para algumas de nossas intelectuais a expressão nos colocaria no meio de duas identidades, nos recolocando em um lugar de "não ser", para estas pessoas o termo que dá conta dessa abrangência é "mulher negra amazônida", mas como conhecimento e categorias políticas são construídas em meio a muitas controvérsias e nenhuma imparcialidade, busca-se colocar em cena o que melhor representa a própria experiência.

FULANAS AFROAMAZÔNICAS COMO PROTAGONISTAS DE DESTINO

Na colonialidade do saber, as intelectualidades negras são quase sempre secundarizadas e relegadas a um pensamento menor, infantilizado, insuficiente, uma atuação meramente ativista - como se os ativismos e as militâncias não sedimentassem conhecimentos e epistemologias - e, como tal, supostamente subjetivo e tendencioso, como se não fosse assim toda a construção científica. As mulheres negras têm sido as outras inapropriadas (BELL HOOKS, GLORIA ANZALDÚA, AVTAR BRAH *et. al*., 2004) em diversos espaços. Na Academia: objeto de estudo; na política: minoria no acesso aos recursos partidários e, consequentemente, em número de candidatas e em percentual de eleitas; na agenda dos movimentos sociais: seja por gênero ou por raça, sempre "sujeitos implícitos" (CRISTIANO RODRIGUES, 2013).

Com tantas perdas, danos e prejuízos, é "justo e legítimo que queiramos entrar para o rol dos protagonistas de destinos" diante deste "antro-capitaloceno" afirma Nilma Bentes (2009, on-line) que extermina direitos e aprofundam as abismais "desigualdades sócio-raciais, de gênero e outras", onde também incluo o respeito intelectual.

É Sueli Carneiro (2005) quem afirma que a versão contemporânea de epistemicídio acontece também quando "o pensamento do ativismo negro é desqualificado como fonte de autoridade do saber sobre o negro" e que de uma forma geral a produção da branquidade a respeito no negro dialoga entre si, situando as pessoas negras no lugar que bell hooks chama de "informante nativo" (2013, p. 62), quando uma pessoa de cor é constrangida a explicar algo que pessoas brancas não entendem sobre determinado contexto, tratando aquela pessoa como especialista de todos os assuntos apenas pela sua experiência como pessoa de cor.

Lélia Gonzalez (1980) igualmente fez essa crítica à intelectualidade branca que ao passo que criou, divulgou e sedimentou o mito da democracia racial, ocultou mais do que revelou as realidades de pessoas negras no Brasil e para além disso Gonzalez evidenciou como o racismo em comunhão com o sexismo destina violências simbólicas e concretas específicas sobre mulheres negras.

E da mesma forma que nossa intelectualidade tem lutado para denunciar as múltiplas opressões, criticando os feminismos classistas, racistas e transfóbicos, o primeiro tópico do manifesto das Fulanas propõe valorizar e visibilizar a contribuição amazônida para a Marcha, trazendo para o primeiro plano o nome de Nilma Bentes como a idealizadora do evento.

A afirmação da intelectualidade e do ativismo negro de mulheres da Amazônia tem sido fortalecida com mais vigor desde a Marcha de 2015 sobretudo para as novas gerações. Por algum tempo o nome de Nilma Bentes ficou menorizado no processo de comunicação do Comitê Impulsor nacional. Esse tipo de reivindicação é muito caro para a Amazônia, visto que quase sempre aquele epistemicídio apontado por Carneiro atinge mulheres negras da Amazônia, já que a região tem menor incidência na hierarquia geopolítica.

Os discursos da TV sobre a Amazônia guardam características que são arduamente combatidos nos estudos amazônicos, ainda que haja uma imprensa negra, em alguma medida esta também ainda reforça determinados padrões nos discursos jornalísticos que produzem deslocamentos de sentidos, inclusive em programas , reportagens, documentários, criam "espécies de seres estranhos ao mundo contemporâneo" e uma insistência na "construção social de um problema ambiental", esse discurso "revela imagens sobre determinados grupos sociais, com base em parâmetros já estabelecidos", pois "o sujeito que enuncia diz algo sobre o outro e está inscrito em uma

formação discursiva" (Manuel Dutra, 2009; Ariluci Goes Elliott, Mirian de Albuquerque Aquino, 2011). E da mesma forma que Sueli Carneiro (2003, p.125) aponta como os meios de comunicação naturalizam o racismo e o sexismo e que a "mídia reproduz e cristaliza, sistematicamente, estereótipos e estigmas que prejudicam, em larga escala", existe uma insistência midiática em dar à Amazônia o lugar do exótico, do fantástico, do mágico.

De acordo com a pesquisa de Danielle Santos de Miranda (2018) foi entre os anos de 1775 e 1777 - na ocasião de existência da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão - que o tráfico de pessoas negras começou na Amazônia, portanto, as pessoas negras participam da construção desse território há séculos. Existe um mau hábito colonizatório no Brasil que é o de olhar a Amazônia como o lugar do pitoresco, bucólico, onde predomina o vazio demográfico. Maria do Rosário Almeida, Maria Malcher e Nilma Bentes (2018, on-line) escrevem que estudos sobre a presença da população negra no Pará registram que em 1886 foi criado o grupo liderado por mulheres negras "Estrelas do Oriente", com a finalidade de celebrar festividades religiosas. Do mesmo período são as "irmãs de São Raimundo", uma irmandade de mulheres negras e as Taieiras, grupo de mulheres lavadeiras. Elas também afirmam sobre o desafio de trazer ao debate a invisibilidade dessas mulheres, no contexto da história amazônica, sobretudo na conservação da biodiversidade, como Felipa Maria Aranha fundadora de um dos maiores quilombos brasileiros no século XVIII - o Quilombo Mola. São presenças não registradas pela grande mídia, encontrar essas informações é como escavar a terra, como viajar em uma expedição, com a certeza de que o dado existe, é real, e está disponível. Basta ter outros parâmetros e outras formas de perguntar. Por isso, para compreender as relações raciais na Amazônia demanda um estudo aprofundado sobre as imagens e as ideias a respeito de sua população (Mônica Prates Conrado, Marilu Campelo, Alan Ribeiro, 2015).

A MMNegras 2015 segue rastros, pistas, trilhas, é a continuidade de um legado e ao mesmo ela em si é polissêmica e deixa rastros que estão sendo ressignificados de formas diversas, seja na continuidade do debate sobre quais pactos para o Bem Viver. No momento em que a Covid-19 deixa ainda mais evidente as violências racistas, sedimentar esses pactos passou a ser primordial para seguirmos vivas e em esforço coletivo de garantia o futuro e os sonhos. Claudia Pons Cardoso (2018) escreve que muitos dos coletivos, grupos, associações, organizações e redes que se constituem como principais

espaços políticos são mobilizados por mulheres negras. A Marcha integra o projeto de justiça social desses movimentos.

Atravessar rios nos desafia a repensar temporalidades e as relações entre distanciamentos e proximidades quando se caminha em muitos dos estados amazônicos. A Marcha é o próprio movimento do ir e vir, de sair de um lugar em busca de outros lugares para ir ao (re)encontro, para (re)conhecer as heterogeneidades dos territórios amazônicos, inclusive que os códigos femininos, éticas e valores são postulados em bases bastante próprias sem hierarquias, mas com multiplicidade de repertórios. Quando as mulheres da Rede Fulanas afirmam que esse processo foi possivelmente mais importante do que a própria Marcha é porque algumas sementes jogadas nesses territórios férteis, fortaleceram redes negras e amazônidas em prol de construir um modelo econômico não predador da Amazônia que passa por saber que junto a Tupinambás, Tembés, Barés, entre outras tantas famílias originárias, existem também 11milhões de pessoas negras na região, sendo mais de seis milhões de mulheres negras em toda a Amazônia, como registra Maria Malcher (2017).

Ser colocada no lugar do "outro feminino" (CARDOSO, 2018) é uma das mais profundas marcas para mulheres que são atravessadas pelo combo do racismo cisheterossexista. Mas mulheres que não estão nas cidades são ainda etiquetadas também como "selvagens" em algum nível e com isso incapazes de entender os fluxos da modernidade, são apontadas como atrasadas e ignorantes. Mas o que é ignorado pelos olhos colonizadores é que são mulheres que se movimentam nas coletividades possíveis construindo conhecimentos que vão de encontro aos conhecimentos hegemônicos, como as mulheres quilombolas que protagonizam as lutas pela permanência na terra e que visam o Bem Viver (MALCHER, 2017). O racismo ambiental é uma das principais violências contra os quilombos no Brasil. Na Amazônia essa violência vem com a forte cultura da extrativista do minério, com um dos estados mais violentos e perigosos para pessoas negras que vivem nas áreas rurais e ribeirinhas. Muitas dessas famílias quilombolas são lideradas por mulheres.

A pesquisadora nigeriana Oyěwùmí Oyèrónké (2017) escreve que a história Yorubá tem sido reestruturada por meio de um processo de "invenção e engeneração" das tradições desde o período colonial. No caso da colonização da Amazônia o processo é bastante semelhante, muitas tradições foram recontadas a partir do viés colonizador,

alterando significados, fundamentos, organizações e enquadrando as categorias gênero para esse ou aquele lugar "apropriado".

É difícil que estas mesmas lentes deem conta de compreender as complexas histórias das mulheres na Amazônia, sobretudo das que vivem nas dinâmicas das florestas, e sua busca por um Bem Viver em harmonia com a natureza não por um viés romântico, mas por um viés de inteligência tecnológica. Inclusive, para muitas amazônidas, conhecer as histórias dessas mulheres foi oportuno no processo de construção da Marcha. Compartilhar autoconhecimento entre mulheres do Amapá, Pará e Tocantins durante os anos de trabalho pela realização da Marcha possibilitou transpassar algumas barreiras geográficas e conhecer de perto os diferentes modos de vida da região.

"Estamos em Marcha!" foi o mais emblemático conceito criado nesse processo de para denotar a ação concreta de centenas de mulheres negras para a realização da marcha. Entenda-se como fortalecimento coletivo o enfrentamento dos sistemas políticos e econômicos que não enxergam mulheres negras como investimento intelectual e humanidade para Bem Viver e que por isso torna triplamente dificultosa qualquer mobilização que dependa de recursos financeiros e materiais do poder público.

Em uma região tão recortada por rios como a Amazônia por vezes uma pequena distância em quilômetros se torna uma grande distância quando feita de barco é primordial negritar as articulações políticas dos grupos organizados de mulheres negras como bem sinalizam Carla Saldanha e Denise Cardoso (2014), a própria Rede Fulanas/ que tem o CEDENPA (Pará) e o IMENA (Amapá) como exemplos de organização coletiva dessas marchas simbólicas e reais cujas gestões são predominantemente de mulheres, mesmo no caso do CEDENPA que é uma entidade mista, mas que as mulheres estão na dianteira da instituição, situação pouco comum nas entidades do movimento negro por todo o Brasil como registra Claudia Pons Cardoso (2012).

Estar em Marcha é processo que, tecido na ótica do Bem Viver, "contribui para o fortalecimento das mulheres negras amazônicas e coloca em pauta questões específicas das territorialidades negras amazônicas", respeitando os modos de vida e as dinâmicas de cada localidade (MALCHER, 2017, p. 107) junto às 50 mil mulheres que enegreceram a Brasília e as milhares de outras que de suas localidades foram guarita e retaguarda, um sonho e um feito coletivos, atlântico-amazônico-diaspórico, "apesar das acontecências do banzo" como narra Conceição Evaristo.

A região sempre foi colocada como de importância mundial sem ter o mesmo peso nacional. Fazer ciência na Amazônia é fazer ciência para o mundo, é ser global, assim como estudar as línguas faladas pelos povos originários da Amazônia é estudar a linguística global, a história do mundo é parcial e incompleta sem a história da Amazônia. Incidir na política, no poder público, a partir de uma região carregada de estereótipos de não desenvolvimento, é compreender o Brasil em sua ampla dimensão e complexidade.

A esfera pública não é tão democrática quanto se pretende. O debate sobre as mulheres negras em espaços de poder não é recente, mas está mais latente desde o ano de 2018. Maria de Nazaré Cruz (2018, p.148) em sua pesquisa sobre mulheres negras amazônidas em espaços de poder reflete que a Amazônia por ser uma região vista como a "periferia do Brasil", acaba por colocar a mulher negra da Amazônia "em lugar de subalternidade nas disputas por ocupação dos espaços, um marcador que a difere das demais regiões", portanto compreender o funcionamento do Estado brasileiro pode favorecer e aprender os meandros do jogo político pode contribuir para colocar a região em importantes holofotes na divisão política do Brasil. Mas para atravessar essa cortina de fumaça é também preciso que "o Brasil" olhe para as vidas de mulheres negras na Amazônia e que as pesquisas superem a visão monolítica (Kia Lilly Caldwell, 2000) a respeito das mulheres negras no Brasil e inclusive amplie o significado de gênero e raça para as regiões periféricas e que olhar para a Amazônia deixe de ser considerado como um recorte do país e essa mirada passe a ser compreendida como a lente de aumento sobre as realidades brasileiras.

Incidir politicamente infere também no mundo do trabalho. O estudo de Caldwell (2000, p. 7) apresenta as diferenças socioeconômicas entre mulheres brancas e mulheres negras e da "diversificação profissional ocorrida de meados dos anos 60 a meados dos 80" que beneficiou as mulheres brancas e isso me lembra que em comparação com as demais regiões do Brasil, a região amazônica é a que tem os menores salários tanto na iniciativa privada como em alguns órgãos públicos, com algumas exceções como o campo do Direito e da Medicina que pagam salários mais altos em alguns municípios para atrair profissionais dessas áreas. Empresas como a mineradora Vale contrata profissionais de fora da região a salários sedutores justamente para estimular uma redistribuição desses profissionais, no final das contas a concentração de renda permanece entre pessoas oriundas das regiões Sudeste e Sul. Da mesma forma como a distribuição

da internet e demais tecnologias de comunicação digital no Brasil tem menor investimento na Amazônia.

Em diálogo com os trabalhos de Cardoso (2012) e Angela Figueiredo (2015), aquela quando ela escreve sobre a construção de conhecimento por parte de ativistas negras e esta quando escreve à Judith Butler sobre o mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil, está também a discussão em torno das mestiçagens amazônicas. Ser amazônida é ser mestiça? Respostas controversas hão de surgir dessa questão. Ser afro-indígena ou afroamazônica é condição quase dada às nossas identidades. Uma mestiçagem muitas vezes romantizada pela Academia, e incansavelmente debatida pelos movimentos indígenas e negros. Assim, como especificar raça e gênero a partir dessas existências? Especificar seria o caminho? Ou seria mais interessante ampliar o tanto quanto possível? Se na Amazônia temos sido desenegrecidas por sermos "mestiças" e desumanizadas por sermos negras e indígenas mesmo pelos movimentos feministas que, inclusive, muitas vezes deslegitimam nossas tradições, nossa ancestralidade e a composição racial negra e indígena de muitas de nós, como é o caso dos Tembé - população indígena localizada com predominância no Pará e no Maranhão e cujo fenótipo é tão negro quanto indígena. Quando Figueredo menciona a questão da desigualdade na educação entre o povo negro e a população branca, lembramos que no município de Melgaço na Ilha do Marajó (Pará) ainda possui o menor IDH do Brasil e um dos maiores índices de exploração sexual infantil do país. A defesa dos corpos amazônidas não estão na ordem do dia para os demais movimentos feministas, é o que reivindica o Manifesto.

Diante dessa confusão mestiça, temos sido representadas quase sempre fora de lugar. Pois temos sido apresentadas como Iracemas e como Chicas da Silva, sem sermos nenhuma, nem ambas. O que dificulta ainda mais nosso protagonismo, nossa inserção na história do Brasil e a compreensão dessa identidade. Se realizássemos um dossiê sobre as condições de mulheres negras em suas diversas faixas etárias na Amazônia a partir de um viés feminista, o Brasil teria muito mais condições de elaborar políticas públicas para abranger melhor as condições de precariedade que mulheres negras vivem em todo o território nacional.

O Manifesto traz que nem feminismo, nem feminismo negro dão conta das vivências de mulheres negras amazônidas ou afroamazônicas e uma possível hipótese é de que o feminismo negro tenha sido associado à supervalorização daquilo que é produzido intelectualmente pela da região Sudeste e o como o feminismo negro chegou

ao Brasil pelas escritas e traduções de mulheres negras desta região, muito possivelmente suas análises de contexto não consideram o não urbano amazônico que é sufocado pelas explorações econômicas de um estado neoliberal e pela iniciativa privada. E a política de publicação, circulação e leitura dos estudos afroamazônicos ainda é acanhada, toda sorte de apresentar essa vasta literatura é oportuna.

Investigar sobre esse possível "feminismo afroamazônico" apresentado no Manifesto é ainda uma tarefa de pesquisa a ser realizada. Mas está negritado que a luta antirracista precisa ganhar contornos maiores, pois da mesma forma que o feminismo da branquidade ainda precisa se perceber racializado e identitário, talvez o movimento de mulheres negras das regiões com maior incidência política também precise considerar que o as experiências são diferentes.

Há uma requisição feita há algum tempo pelos movimentos de cultura e de política que é o custo amazônico. Ele diz respeito aos processos comunicacionais, aos deslocamentos e logísticas que são mais custosos da região. O trânsito, por exemplo, dentro da Ilha do Marajó no Pará de uma localidade a outra pode durar mais do que ir de Belém/PA para essas localidades e é assim para chegar em quilombos e demais municípios para os quais não existem estradas e/ou pontes. Então, a articulação para a Marcha foi também uma oportunidade para a formação de lideranças, já que há um gasto maior de tempo comparado às regiões de dinâmica econômica mais acelerada, contesta o Manifesto.

> **A Marcha das Mulheres Negras 2015 é Fulana!**
>
> *Manifesto da Rede Fulanas – Negras da Amazônia Brasileira para a Marcha das Mulheres Negras 2015*
> *1) Nós, Rede Fulanas, saudamos a mulher negra afroamazônica Nilma Bentes por ser a idealizadora da Marcha das Mulheres Negras 2015, Contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver.*
> *2) A Rede Fulanas – Negras da Amazônia Brasileira acredita que o processo de construção da Marcha das Mulheres Negras 2015 Contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver, tem sido, talvez, mais importante que a própria Marcha. Indica para nós a culminância e o recrudescimento da luta contra o racismo, machismo/sexismo, pobreza e por um viver baseado em um modelo econômico includente e não predador da natureza humana e não-humana.*
> *3) Estamos em marcha. Não apenas hoje, dia 18 de novembro de 2015, mas estamos em marcha desde quando começamos a sonhá-la. Trazemos como registro desta caminhada a busca e a não desistência de nos fortalecermos coletivamente enquanto mulheres negras da Amazônia.*
> *4) A Marcha das Mulheres Negras 2015 tecida na perspectiva Amazônica contribui para o fortalecimento das mulheres negras da Amazônia, para que também sejam capazes de se apropriar e replicar informações sobre o papel e*

funcionamento do estado brasileiro: Executivo, Legislativo e Judiciário, nos níveis: Municipal, Estadual e Federal e a importância da participação no mesmo.

5) A mobilização para a Marcha das Mulheres Negras 2015 entre as mulheres negras da Amazônia, nos fortaleceu para uma atuação qualificada nos espaços de participação e representação política, no sentido de efetivar políticas públicas que contemplem as realidades das mulheres negras da região amazônica, livre de racismo e estruturada na ótica do bem viver.

6) A construção da Marcha das Mulheres Negras 2015, pelas mulheres negras da Amazônia, coloca em pauta questões específicas das territorialidades amazônicas, como:

O corpo da mulher negra afroamazônica, como identidade e símbolo de uma resistência ancestral africana e indígena.

Desfazer o mito do vazio demográfico amazônico, inclusive reconhecendo que a região possui a maior população quilombola do Brasil que é diretamente afetada pelo racismo ambiental e pelas práticas de degradação das florestas, dos rios, da vida silvestre e, consequentemente, sendo impedidas de bem viver em seus territórios.

Promover a visibilidade das mulheres negras da Amazônia como aguerridas lideranças comunitárias e de resistência na diáspora afroamazônica. Trazer também ao debate, a invisibilidade dessas mulheres, no contexto da história amazônica, sobretudo na conservação da biodiversidade. Reconhecemos o valor do protagonismo ao escrever nossas histórias, como estratégias para contribuir com o movimento de mulheres negras no Brasil.

Apontar as opressões praticadas contra as mulheres negras afroamazônicas em razão das especificidades de nossos territórios, como apresentam as estatísticas frequentemente divulgadas pelo movimento negro dos estados amazônicos e por instituições como IBGE, IPEA, IDESP, entre outros. E que tornam emergenciais a realização de ações mais articuladas e efetivas capazes de superar as desigualdades.

Ao longo dos encontros para a construção da Marcha das Mulheres Negras 2015, os depoimentos das mulheres negras afroamazônicas evidenciaram que, independente da realidade e da história de vida, o fator emocional é algo que afeta a todas. Mas, por outro lado, o processo de mobilização também acrescentou temas como a solidariedade racial como elemento de fortalecimento da autoestima e do processo organizativo.

O racismo institucional, amplificado pela mídia, ocasiona falta de reconhecimento e enfraquece a nossa autoestima.

Manter viva a memória da ancestralidade como garantia dos saberes tradicionais dessas mulheres para o futuro, que hoje está sendo dizimado pelo modelo de desenvolvimento imposto à Amazônia, como os grandes projetos. Há uma desvalorização do saber tradicional, que é visto como atraso a partir do olhar eurocêntrico, ou seja, é o atraso do desenvolvimento do Brasil.

7) No percurso para a construção da Marcha das Mulheres Negras 2015, reconhecemos que o feminismo e o feminismo negro não dão conta das especificidades das mulheres negras afroamazônicas, por isso trazemos para o debate também o feminismo negro Afroamazônico. Porque falar do feminismo Negro Afroamazônico é trazer em nossas trajetórias de luta contra as hidrelétricas, mineradoras, plantação de soja, a não regularização de terras quilombolas, o desrespeito aos territórios sagrados como os quintais e os cemitérios, a contaminação dos rios como fatores que afetam diretamente o bem viver dessas mulheres.

8) O Estado deve servir de principal freio ao avanço aniquilador da classe dominante sobre as populações que têm sido vulnerabilizadas por séculos (caso

da maioria dos que formam os segmentos negro, indígena e demais que foram jogados na pobreza econômica), sem que seja ele próprio um sujeito desta lógica mercadológica agressiva e genocida. Por isso, ocuparemos este espaço cada vez mais até como forma de conhecer seu funcionamento e para participar das decisões do nosso futuro e da sociedade.

9) Em uma região como a Amazônia, onde parte de sua população desconhece seus direitos, por força da educação/informação precárias e por um viver na sobrevivência, a formação de lideranças gasta muito mais tempo que nas regiões de dinâmica econômica mais acelerada. Ainda assim, a delegação amazônica trouxe presencialmente mais de 500 mulheres para a Marcha das Mulheres Negras 2015, mas nós todas trouxemos alguém de casa, não ficou ninguém de fora.

10) A Rede Fulanas é composta por mulheres autodeclaradas negras, que manifestam sentimento de pertencimento e semelhança ao biótipo das negras africanas que foram escravizadas nas Américas. As Fulanas, nome aqui vinculado à etnia africana Fula, de significativa representatividade na Amazônia, nasce, por constatar que o racismo, preconceito e discriminação racial continua atingindo, mais força, as mulheres negras e que diante disso, tornam-se necessárias ações mais articuladas, visando contribuir na superação das desigualdades raciais e de gênero na Amazônia e no Brasil como um todo.

11) A Marcha das Mulheres Negras 2015 é Fulana!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazer a Marcha de 2015 como um movimento autônomo foi uma decisão de enfrentamento aos impedimentos postos pelo racismo estrutural: o acesso ao dinheiro como um direito, o acesso às ruas como um direito, visto que a movimentação de pessoas negras é vista como perigosa e por isso, vigiada e tensionada o tempo todo, a comunicação como um direito, a saúde e o cuidado integral como um direito.

Cada item do Manifesto da Rede Fulanas responde a necessidades identificadas por aquela coletividade no que tange às vivências políticas e sociais de mulheres negras nessas amazônias que são heterogêneas, mas que se encontram nas semelhanças dos entraves racistas e geopolíticos. O texto apresenta a riqueza de um pensamento complexo e não homogêneo a respeito de diversos assuntos caros ao entendimento de Amazônia, pertencimento de território, intelectualidades, militância negra e feminismos.

Enegrecer o feminismo, revisitar nossas tecnologias ancestrais, *amazonidar* o pensamento. Quem somos nós, Amazônidas? Existirá uma outra categoria para nos analisar? Somos o outro, somos o fundamento do ser? Somos movimento, estamos em movimento. Uma pororoca de existências?

Escrever é ação política também. Quem escreve passa por um longo processo de afetação, bem como segue afetando. Este artigo vem de uma caminhada física e

intelectual de maturação das dimensões da MMNegras 2015 a partir da Amazônia Paraense, do diálogo com leituras e com companheiras, da escuta e da fala, para além dos extrativismos e epistemicídios. Há muito a ser aprofundado e discutido, é de nosso desejo que muitas outras conversar surjam tendo outros aportes teóricos, outras experiências de conhecimento e que nos multipliquemos nas escritas sobre nossos movimentos.

Com uma geografia física marcada por baías, bacias, rios, furos, estreitos, igarapés, boa parte do trânsito de pessoas pela Amazônia, especialmente na Região Norte, acontece pelas águas, em pequenas ou grandes embarcações, com ou sem motor, pilotadas por crianças, adultos ou idosos. Sair das "capitais" em direção aos quilombos, distritos e demais municípios buscando estabelecer vínculos, por meio da escuta e do espaço para a fala ser ouvida, de colocar em primeiro plano uma Amazônia que também é negra, com mais de 50mil famílias quilombolas que vivem e produzem nesses territórios.

São muitas as brechas a serem sanadas, digitais ou analógicas. Busquemos uma Amazônia que não arde em chamas, que o agronegócio não seja imperativo, que seja vista para além de fornecedora de hidrelétricas e minérios. Que florestas e cidades sejam vistas como partes indispensáveis de nossos processos de desenvolvimento enquanto sociedade, que a floresta fique em pé tanto quanto seus povos urbanizados, ribeirinhos, quilombolas e indígenas. Tecnologia na Amazônia é mato, precisa florescer e frutificar.

Que o Manifesto da Rede Fulanas seja um dos manifestos seminais para o devir do Bem Viver Amazônico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria das Dores do R. MALCHER, Maria Albenize F. BENTES, Nilma. Faces da luta das mulheres negras na Amazônia. 2018. Disponível em: <https://soscorpo.org/?p=6524> Acessado em 19 de setembro de 2020.

CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença raça e mulher no Brasil. *Estudos Feministas* 2/2000, p. 91-108. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11922/11177> Acessado em 19 de setembro de 2020.

AZEVEDO, Célia Maria. M. de. Onda negra, medo branco. Rio de Janeiro, RJ: *Paz e Terra*, 1987.

ACOSTA, Alberto. O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo, SP/Brasil: *Autonomia Literária*, Elefante, 2016.

BENTES, Nilma. Se a casa era grande, por que ter senzala? O capitaloceno e antropoceno se realimentam!? [2009] Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2019/09/02/se-a-casa-

era-grande-por-que-ter-senzala1-o-capitaloceno-e-antropoceno-se-realimentam2/> . Acessado em 19 de setembro de 2020.

BENTES, Nilma. Marcha das Mulheres Negras 2015 (e-book). Brasília, 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2016/09/E-book-Marcha-das-Mulheres-Negras-comprimido-20.09.16.pdf> Acessado em 19 de setembro de 2020.

BORGES, Rosane. Marcha das Mulheres Negras: contra o racismo e pelo bem viver! Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/marcha-das-mulheres-negras-contra-o-racismo-e-pelo-bem-viver/> Acessado em: 19 de setembro de 2020.

BROWNE, Simone. Dark matters : on the surveillance of blackness (e-book). Durham, Carolina do Norte/EUA: *Duke University Press*, 2015.

CARDOSO, Cláudia Pons. Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras. (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2012. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7297/1/Outrasfalas.pdf> Acessado em: 19 de setembro de 2020.

CARDOSO, Cláudia Pons. Experiências de mulheres negras e o Feminismo Negro no Brasil. *Revista da ABPN* • v. 10, n. 25 • mar – jun 2018, p.317-328. Disponível em <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/618/546>. Acessado em: 19 de setembro de 2020.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, v.17, n. 49, 2003. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf> Acessado em: 19 de setembro de 2020.

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2005. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001465832> . Acessado em: 19 de setembro de 2020.

CONRADO, Mônica. CAMPELO, Marilu. RIBEIRO, Alan. Metáforas da cor: morenidade e territórios da negritude nas construções de identidades negras na amazônia paraense. Afro-Ásia, 51 (2015), 213-246. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/770/77050451007.pdf> Acessado em: 19 de setembro de 2020.

CRUZ, Maria de Nazaré Costa da. A Trajetória de Vida de Mulheres Negras em Instâncias de Poder na Amazônia Paraense (1995-2015). *Revista Gênero na Amazônia*, Belém, n. 15, jan./jun., 2019. Disponível em: <http://www.generonaamazonia.com/edicoes/edicao-15/10-d-a-trajetoria-de-vida-de-mulheres-negras-em.pdf> Acessado em: 19 de setembro de 2020.

DUTRA, Manuel Sena. A natureza da mídia.: os discursos da TV sobre a Amazônia, a biodiversidade, os povos da floresta. São Paulo: *Annablume*, 2009.

ELLIOTT, Ariluci Goes. AQUINO, Mirian de Albuquerque. Imagens de negros (as) no discurso da imprensa negra. *Revista da ABPN* • v. 2, n. 4 • mar. 2011 – jun. 2011 • p. 19-41. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/319/293> Acessado em: 19 de setembro de 2020.

EVARISTO, Conceição. Apesar das acontecências do banzo. Disponível em: <http://nossaescrevivencia.blogspot.com/2012/08/apesar-das-acontecencias-do-banzo_28.html> Acessado em: 19 de setembro de 2020.

FIGUEIREDO, Angela. Carta de uma ex-mulata a Judith Butler. Disponível em <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/14261> . Acessado em: 19 de setembro de 2020.

GONDIM, Neide. A invenção da Amazônia. Manaus: *Editora Valer*, 2007.

GONZALEZ, Lélia. "Racismo e sexismo na cultura brasileira". Ciências Sociais Hoje 2, Brasília: Anpocs, p. 223-244, 1983. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf.> Acessado em: 19 de setembro de 2020.

HOOKS, bell. ANZALDÚA, Gloria. BRAH, Avtar *et* al. Otras inapropriables: Feminismos desde las fronteras. Madrid: Traficantes de Sueños, 2004. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/277126397_Otras_inapropiables_Feminismos_desde_las_fronteras> Acessado em: 19 de setembro de 2020.

HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade. São Paulo: *Editora WMF Martins Fontes*, 2013.

MALCHER, Maria Albenize Farias. O Olhar Geográfico: A Formação e Territorialização de Comunidades Quilombolas no Município de São Miguel do Guamá, Pará. (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2017. Disponível em <http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/30808/3/2017tesemafmalcher.pdf.>Acessado em: 19 de setembro de 2020.

MIRANDA, Danielle Santos de. Subjetivação Afroamazônida. (Doutorado em Psicologia). Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2018. Disponível em: <https://app.uff.br/slab/uploads/2018_t_DanielleSantosdeMiranda.pdf> Acessado em: 19 de setembro de 2020.

OYÊWÙMÌ, Oyèronké. La invención de las mujeres: Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género. Traducción de Alejandro Montelongo González. Supervisión de la traduccion: Yuderkys Espinosa Miñoso y María Teresa Garzón. Editorial em la frontera, Bogotá/Colômbia, 2017

REDE FULANAS. Disponível em: <https://redefulanas.com/sobre/> Acessado em: 19 de setembro de 2020.

SALDANHA, Carla Marinho. CARDOSO, Denise Machado. Mulheres e participação política na Associação de Abacatal/Aurá-Ananindeua/Pará. In: CAMPELO, Marilu Marcia. JESUS, Raimundo Jorge. DEUS, Zélia Amador. Entre os rios e as florestas da Amazônia. Belém: UFPA; GEAM, 2014.

SODRÉ, Muniz. A ciência do comum : notas para o método comunicacional. *Petrópolis*, RJ: Vozes, 2014.

SODRÉ, Muniz. Claros e escuros: identidade, povo, mídia e cotas no Brasil. 3 ed. *Petrópolis*, RJ: Vozes, 2015.

VERGÈS, Françoise. Um feminismo decolonial. São Paulo: *Ubu Editora*, 2020.

Recebido em: 01/06/2022

Aprovado em: 25/06/2022